

DISCURSO NAS ORGANIZAÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: uma proposta a partir de Habermas e Luhmann

Clovis Ricardo Montenegro de Lima

Maribel Andrade

José Rodolfo Tenorio de Lima

Resumo: Este artigo tem como objetivo propor a reflexão teórica sobre a gestão de sustentabilidade ambiental nas organizações, com base em um modelo discursivo e inclusivo que articula as teorias de Jürgen Habermas e Niklas Luhmann. Parte-se da compreensão de que as organizações contemporâneas, enquanto sistemas sociais complexos, só podem avançar em direção à sustentabilidade ambiental por meio de uma reconfiguração comunicativa que favoreça a participação, a inclusão e a construção de consensos. O artigo contribui para o campo dos Estudos Organizacionais ao propor um framework conceitual que visa integrar a racionalidade comunicativa à dinâmica sistêmica das organizações, tornando o discurso um elemento estruturante da sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade Ambiental, Discurso, Racionalidade Comunicativa; Organizações.

1 INTRODUÇÃO

A intensificação das sobrecargas e crises ambientais nas últimas décadas tem revelado os limites de um modelo civilizatório que, fundado na lógica da acumulação e do crescimento econômico desenfreado, negligencia os impactos ecológicos de suas práticas. A emergência climática, a perda da biodiversidade, a escassez hídrica e os eventos extremos cada vez mais frequentes sinalizam que a sustentabilidade deixou de ser uma escolha e tornou-se uma urgência ético-moral, social e econômica. Dentro desse cenário global de emergência, cresce a percepção sobre o papel decisivo das organizações, especialmente as corporações, como atores centrais na promoção ou mitigação dos impactos ambientais. Ao mesmo tempo em que são protagonistas na exploração dos recursos naturais, são também portadoras de potencial



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.

Solidariedade & Sustentabilidade

transformador, desde que estejam dispostas a repensar seus modelos estratégicos e operacionais à luz de uma nova racionalidade.

Nesse contexto, a sustentabilidade ambiental nas organizações não pode mais ser reduzida a estratégias de marketing verde ou a simples conformidade com regulamentações técnicas ou legais. Trata-se de uma questão que convoca transformações estruturais nas formas de gestão, produção, consumo e, principalmente, comunicação.

Nesse sentido, adquire centralidade o papel do agir comunicativo nas organizações: é por meio dele que as organizações constroem significados, legitimam práticas, interagem com stakeholders e elaboram suas políticas de responsabilidade socioambiental. Contudo, o agir comunicativo pode ser distorcido, como demonstram estudos recentes sobre o fenômeno do greenwashing e, por isso, precisa ser analisado com base em critérios de objetividade, sinceridade, honestidade, transparência e inclusão.

A proposta deste artigo é pensar o papel do agir comunicativo na construção de práticas organizacionais ambientalmente sustentáveis, particularmente sobre a forma especial de Discurso, de acordo com a teoria de Jürgen Habermas. De um lado, a teoria do agir comunicativo de Habermas permite compreender como a racionalidade comunicativa, pautada na busca do entendimento mútuo e na participação igualitária, pode fundamentar uma administração ambiental com veracidade, ética e democracia. De outro, a teoria dos sistemas fechados de Luhmann oferece uma lente para entender como as organizações, como os sistemas autopoieticos, reduzem a complexidade do ambiente e operam com base em códigos próprios de decisão e comunicação.

O confronto e a interação entre essas duas abordagens, muitas vezes vistas como inconciliáveis, permite pensar e elaborar um modelo teórico de sustentabilidade que seja, ao mesmo tempo, sensível à complexidade das organizações e comprometido com a participação discursiva dos atores internos e externos. É a partir dessa articulação que se propõe uma administração discursiva de sustentabilidade ambiental nas organizações, que integre saberes diversos, respeite os mundos da vida dos sujeitos envolvidos e produza mudanças reais nas práticas organizacionais.



Esta obra está licenciada sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/) (CC BY-NC-SA 4.0).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.

Este trabalho, de natureza teórica e reflexiva, parte de revisão bibliográfica aprofundada, buscando contribuir para os campos dos estudos organizacionais e da sustentabilidade a partir de uma abordagem transdisciplinar. O objetivo central é desenvolver um framework conceitual que articule a teoria do discurso habermasiana com a teoria dos sistemas de Luhmann, propondo um modelo participativo de governança ambiental dentro das organizações. A seguir apresentaremos os fundamentos teóricos dessas abordagens, suas interseções e os desdobramentos possíveis para a gestão ambiental crítica comunicativamente orientada.

2 HABERMAS E LUHMANN: A COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

A sustentabilidade nas organizações demanda uma abordagem teórica que seja capaz de lidar com a complexidade sistêmica das organizações modernas e, ao mesmo tempo, com os fundamentos normativos do agir comunicativo. Nesse sentido, as teorias de Niklas Luhmann e Jürgen Habermas oferecem bases conceituais valiosas para compreender tanto a dinâmica interna das organizações, quanto às possibilidades de sua transformação ética e discursiva diante dos desafios socioambientais contemporâneos.

Niklas Luhmann (1995 - 2016), a partir da sua teoria dos sistemas fechados, entende as organizações como sistemas autopoieticos, operando por meio de filtros e códigos que reduzem a complexidade do ambiente externo. Os sistemas funcionam com base na reprodução constante de seus próprios elementos comunicacionais, ou seja, são autorreferenciais e encerrados operacionalmente. No entanto, essa clausura não é absoluta: os sistemas são cognitivamente abertos e reagem ao ambiente por meio daquilo que Luhmann denomina de “irritações”, que provocam reorganizações internas sem, contudo, violar a autonomia sistêmica. Como observa o autor, “um sistema só pode perceber do ambiente aquilo que ele próprio é capaz de produzir como diferença interna” (LUHMANN, 1995, p.37).

Assim, as organizações operam por meio da seleção de informações compatíveis com seus esquemas de decisões, ignorando tudo aquilo que não pode ser processado em seus próprios



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.

Solidariedade & Sustentabilidade

termos. Essa perspectiva é fundamental para compreender como a sustentabilidade ambiental ao ser inserida na agenda organizacional, pode ser filtrada, reinterpretada ou mesmo neutralizada em função das lógicas internas de operação. A teoria de Luhmann, nesse sentido, facilita diagnosticar os limites estruturais da mudança organizacional, especialmente quando este depende de código de decisão predominantemente econômicos e estratégicos.

Habermas (1987a; 1989; 2004) ao propor a teoria do agir comunicativo, oferece uma crítica direta à dominação da racionalidade instrumental sobre as demais formas de interação social. Habermas observa que a linguagem possui um potencial emancipatório quando orientada para o entendimento mútuo e não para a eficácia estratégica. O agir comunicativo, baseado em pretensões de validade (verdade, correção normativa e veracidade), é aquele que busca o entendimento entre os participantes por meio da discussão livre de coerção. O autor é enfático ao afirmar que “o consenso é garantido não pela imposição, mas pela força sem coação do melhor argumento” (HABERMAS, 1987, p. 25).

No âmbito organizacional, essa perspectiva implica em repensar os processos de decisão e de gestão de forma a incluir os sujeitos participantes, ampliando os espaços de participação e promovendo a deliberação racional sobre as finalidades e não apenas uma escolha dos meios da ação. A racionalidade comunicativa pode, portanto, servir como critério normativo para avaliar a legitimidade dos discursos organizacionais sobre sustentabilidade, distinguindo práticas genuínas de mera retórica.

Ao contrapor essas duas abordagens, é possível identificar um campo de tensão, mas também de complementaridade. Enquanto Luhmann oferece ferramentas para descrever a realidade das organizações e sua resistência à mudança, Habermas propõe um ideal normativo de mudança baseado na comunicação intersubjetiva. A articulação entre essas teorias permite pensar um modelo de sustentabilidade que reconheça os limites operacionais dos sistemas, mas que, ao mesmo tempo, amplie os espaços de Discurso e deliberação dentro das organizações.

Essa fundamentação teórica que contrapõe o diagnóstico funcional da teoria dos sistemas fechados à teoria crítica do agir comunicativo, forma o núcleo conceitual sobre o qual se



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.

Solidariedade & Sustentabilidade

constrói a proposta deste artigo: a administração discursiva da sustentabilidade ambiental, comprometida com a inclusão participativa de múltiplos atores e com a superação da racionalidade técnica instrumental.

3 DISCURSO E SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

A inclusão da sustentabilidade ambiental no cotidiano das organizações não ocorre de maneira linear, neutra ou automática. Trata-se de um processo permeado por disputas simbólicas, estratégias de visibilidade e, sobretudo, por falas que moldam a forma como as organizações se apresentam à sociedade. Nesse sentido, o Discurso nas organizações não é apenas reflexo das práticas internas, mas também uma construção da identidade e de interação com o ambiente externo.

Nos últimos 30 anos o campo da sustentabilidade tem sido marcado por um paradoxo: por um lado, há uma crescente demanda pública por responsabilidade socioambiental, impulsionada por consumidores, governos e organismos multilaterais; por outro, observa-se uma tendência à superficialização dos compromissos ambientais, muitas vezes reduzidos a estratégias de marketing, relatórios estéticos ou selos genéricos de certificação.

Essa prática conhecida como *greenwashing* consiste na tentativa de criar uma imagem ambientalmente responsável sem que haja, de fato, uma transformação significativa nas estruturas e processos organizacionais.

Estudos recentes confirmam essa distorção. Inocêncio e Favoreto (2022, p. 546) apontam que “os relatórios de sustentabilidade podem operar como mecanismos de distorção comunicativa, quando não orientados pelo entendimento, mas por estratégias de legitimação”. Trata-se, portanto, de uma prática que se afasta dos princípios da racionalidade comunicativa, aproximando-se de uma lógica instrumental que visa apenas preservar a imagem corporativa.

Habermas (1987) diz que atos de fala não observam critérios de validade (inteligibilidade, verdade, sinceridade, honestidade), quando não visam o entendimento mútuo, mas a distorção



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.

Solidariedade & Sustentabilidade

e a manipulação da comunicação externa. Nesse caso a ação se afasta da racionalidade comunicativa e adentra o domínio da estratégia. A consequência é o esvaziamento da ação de seu potencial ético e a fragilização da sua legitimidade.

Nesse cenário a proposta de Habermas (1987) oferece contraponto para as organizações: a sustentabilidade deve ser tratada como tema público e Discursivo, incluído em processos de deliberação onde os participantes internos e externos podem apresentar pontos de vistas e argumentos, questionar premissas, negociar significados e construir entendimentos.

Habermas (1987) sustenta que somente quando todos os interessados participam livremente do Discurso, podem as normas reivindicar validade. Isso exige a criação de espaços abertos à participação, especialmente daqueles tradicionalmente marginalizados nos processos decisórios, como seus próprios trabalhadores e populações afetadas. Essa exigência normativa desloca a sustentabilidade para o campo da ética do Discurso.

Na perspectiva da teoria do agir comunicativo o Discurso sobre sustentabilidade requer o reconhecimento mútuo entre os interlocutores, a disposição para justificar as próprias ações e a abertura ao dissenso. A linguagem, nesse sentido, não é apenas um modo de coordenação, mas o próprio meio pelo qual os sujeitos se constituem como agentes morais e políticos. .

Chauí (2005, p. 29) afirma que “a democracia não se reduz à soma de interesses, mas é o espaço de formação da vontade coletiva pelo diálogo”. A construção de uma agenda ambiental legítima, portanto, depende da efetiva multiplicidade das vozes e da disposição das organizações em submeter suas práticas à crítica pública.

A abordagem discursiva não implica ignorar a complexidade dos sistemas. Ao contrário, reconhece-se que as organizações operam com base em código específicos e precisam lidar com pressões funcionais, como rentabilidade, produtividade e eficiência. No entanto, ao integrar os critérios da racionalidade comunicativa aos processos internos, é possível criar mecanismos de reflexividade e crítica que ampliem a capacidade de respostas ética e ambiental das organizações.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.

Luhmann (2016, p. 112) lembra que “a comunicação é a única operação capaz de gerar novas comunicações”, o que significa que a mudança organizacional só pode ocorrer quando novos Discursos configuram as possibilidades de decisão.

Assim, os atos de fala deixam de ser instrumento de convencimento e coerção, e tornam-se elementos estruturantes da governança organizacional. Por meio dele, constroem-se práticas legítimas, fundamentadas em valores compartilhados e orientadas para a sustentabilidade ambiental.

4 ADMINISTRAÇÃO DISCURSIVA DA SUSTENTABILIDADE

Os fundamentos teóricos apresentados fundamentam a proposição de um modelo conceitual de administração discursiva da sustentabilidade ambiental, que busca articular e pensar a racionalidade comunicativa de Habermas a partir da teoria dos sistemas de Luhmann. O modelo parte da ideia de que as organizações, enquanto sistemas complexos fechados, não podem internalizar toda a complexidade ambiental. No entanto, podem criar estruturas comunicativas capazes de traduzir e processar as demandas externas, controlando e prevenindo riscos, sobrecargas e degradação ambiental.

4.1 PARA UMA ABORDAGEM DISCURSIVA DA AGENDA

O modelo proposto de Abordagem Discursiva está fundamentado em cinco princípios centrais:

1 A inclusão de participantes internos e externos

A governança da sustentabilidade ambiental deve abrir espaço para a participação efetiva de diferentes atores, internos e externos à organização, incluindo trabalhadores, gestores, comunidades do entorno, fornecedores, consumidores e órgãos reguladores. Habermas (1989, p. 124) enfatiza que “ninguém deve ser excluído de uma comunicação capaz de influir no



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.

Solidariedade & Sustentabilidade

resultado da deliberação”. Essa inclusão amplia a legitimidade dos processos decisórios e evita que a sustentabilidade ambiental seja reduzida a agenda corporativa unilateral.

2 O reconhecimento da complexidade sistêmica

A partir de Luhmann, o modelo reconhece que as organizações operam por meio de seleções e códigos próprios, o que implica em redução da sua complexidade interna e em limites à sua capacidade de transformação. Como observa Luhmann, “os sistemas sociais reduzem a complexidade do mundo ao seu entorno de relevância, filtrando informações, segundo códigos próprios” (LUHMANN, 2016. p. 45). No entanto, esses limites não devem ser vistos como barreiras intransponíveis, mas como condições que exigem agir comunicativo interno (a sua forma especial de Discurso) para a inclusão de novas variáveis ambientais e sociais em seus processos decisórios.

3 A deliberação baseada em racionalidade discursiva

Os processos comunicacionais nas organizações, de acordo com Habermas, devem ser orientados para o entendimento mútuo e pautados em pretensões de validade. A transparência, a sinceridade e a correção normativa tornam-se critérios essenciais para a construção de entendimentos legítimos em torno de políticas ambientais. Habermas afirma que “a esfera pública não é apenas um espaço de circulação de informações, mas um campo de formação de opiniões e de vontade”.

4 A superação do greenwashing

O modelo propõe o Discurso organizacional sobre Sustentabilidade submetido à Argumentação dos participantes internos e externos com critérios de verificabilidade e auditabilidade, de modo a evitar falsidade, fragilidade e manipulação simbólica. Inocêncio e Favoreto(2022, p. 546), advertem que “ a distorção comunicativa, quando se manifesta nos relatórios ambientais, compromete a legitimidade das práticas organizacionais”. Dessa forma, relatórios,



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.

Solidariedade & Sustentabilidade

certificações e campanhas organizacionais devem refletir práticas reais, submetidas a crítica discursiva e ao escrutínio público.

5 Valorização da esfera pública ambiental

A sustentabilidade organizacional deve ser articulada à esfera pública, entendida como espaço social onde os diferentes atores discutem, criticam e negociam significados em torno das questões ambientais. Isso implica reconhecer que as organizações não são apenas unidades econômicas, mas também atores sociais com responsabilidades éticas e políticas. A abertura para a discussão com a sociedade amplia a responsabilidade das organizações e fortalece a busca de compromissos e limites.

4.2 A ESTRUTURA DO MODELO PROPOSTA

A Administração Discursiva da Sustentabilidade pode ser representada por processos em três níveis interdependentes:

- **Nível organizacional interno:** criação de canais de participação e deliberação entre trabalhadores internos, gestores e demais atores internos.
- **Nível interorganizacional:** estabelecimento de parcerias e redes colaborativas com fornecedores, clientes e outras empresas, visando soluções coletivas para problemas ambientais complexos.
- **Nível societal:** discussão com comunidades, movimentos sociais, governos e organismos internacionais, inserindo práticas organizacionais no contexto socioambiental.

4.3 CONTRIBUIÇÕES E LIMITES



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.

Solidariedade & Sustentabilidade

A proposta aqui apresentada oferece uma ferramenta de governança ambiental das organizações. Sua principal contribuição consiste em mostrar que a Sustentabilidade só se torna prática estruturante quando está articulada a processos comunicativos de validação.

Entre seus limites, destaca-se a dificuldade de operacionalização em contextos organizacionais marcados por fortes assimetrias de poder, onde o agir tende a ser instrumentalizado em favor de interesses estratégicos. Ainda assim, o ideal regulador da racionalidade comunicativa pode servir como horizonte normativo para transformar as práticas organizacionais. Habermas (1987, p. 31) conclui que “a racionalidade comunicativa se sustenta na força dos melhores argumentos e não na imposição de poder”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade ambiental nas organizações precisa mais do que iniciativas isoladas ou meramente adaptativas. Ela requer transformações profundas nos modelos de gestão, nas estruturas de governança e, sobretudo, nos processos e dinâmicas comunicacionais. Ao longo deste artigo, busca-se mostrar que a discussão entre Habermas e Luhmann oferece instrumentos teóricos valiosos para compreender tanto os limites estruturais das organizações, quanto às possibilidades de sua reconfiguração ética por meio do agir comunicativo.

De um lado, a teoria dos sistemas de Luhmann permite reconhecer que as organizações operam de forma autopoietica, com códigos de decisão que frequentemente priorizam a racionalidade econômica em detrimento de demandas e valores ambientais. Como afirma Luhmann (2000, p. 102), “as organizações decidem de acordo com critérios próprios de seleção, o que as torna resistentes a demandas externas que não possam ser traduzidas em seus códigos”.

De outro lado, a teoria do agir comunicativo de Habermas propõe que a legitimidade organizacional somente pode ser construída por meio de processos discursivos que favoreçam a inclusão, a participação e o entendimento mútuo. O modelo conceitual aqui proposto - a administração discursiva das organizações para a sustentabilidade - resulta dessa articulação:



Esta obra está licenciada sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.

Solidariedade & Sustentabilidade

trata-se de integrar a complexidade sistêmica à racionalidade comunicativa, de modo a criar práticas de governança ambiental com participação, mais legítimas e transparentes.

Nesse sentido, o cenário atual oferece um exemplo significativo: a **Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP30)**, que ocorre em Belém do Pará em 2025. A escolha da Amazônia como palco da conferência carrega forte dimensão simbólica e política, pois remete à centralidade do bioma amazônico nas disputas globais em torno da crise climática. A COP30 configura-se como verdadeira arena discursiva internacional, em que governos, organizações não-governamentais, empresas e movimentos sociais disputam narrativas, negociam compromissos e constroem entendimentos possíveis sobre a agenda ambiental.

Do ponto de vista habermasiano, a COP30 pode ser vista como expressão da esfera pública global, onde múltiplos atores se empenham em processos de discussão e de deliberação que, embora imperfeitos, produzem acordos e normas orientados pela racionalidade comunicativa. Sob a lente de Luhmann, a conferência representa um espaço de acoplamento estrutural entre diferentes sistemas - político, econômico, científico, jurídico e organizacional - cada um operando segundo seus próprios códigos, mas em constante interação frente à complexidade do problema climático.

Para as organizações sociais, a COP30 evidencia tantos os riscos dos atos de fala vazios - que se limita a retórica sem práticas efetivas - quanto as possibilidades de construção de uma governança ambiental discursiva e legítima. Ao participarem desse processo, empresas e instituições não apenas respondem à pressões externas, mas também se colocam diante da necessidade de configurar suas práticas à luz da crítica pública e dos entendimentos e acordos construídos em nível global.

Conclui-se, portanto, que a sustentabilidade só se consolida como princípio estruturante das organizações se estiver ancorada em um Discurso autêntico, capaz de articular complexidade sistêmica e racionalidade comunicativa. A COP30 representa um marco nesse percurso, ao mostrar que a crise climática exige mais do que soluções técnicas ou compromissos estratégicos, exige processos discursivos inclusivos, transparentes e globais, capazes de



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.

Solidariedade & Sustentabilidade

integrar diferentes perspectivas e produzir mudanças efetivas. Esse horizonte reforça a pertinência de aproximar Habermas e Luhmann como referenciais teóricos complementares, capazes de iluminar os caminhos para uma administração discursiva da sustentabilidade ambiental no século XXI.

REFERÊNCIAS

CHAUI, M. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: TEIXEIRA, A. C. C. (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Polis, 2005. p. 23-38.

CMUMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

HABERMAS, J. *Teoria da ação comunicativa*. v. 1 e 2. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2004.

INOCÊNCIO, E. R.; FAVORETO, R. L. Distorções comunicativas em relatórios de sustentabilidade: uma análise pautada no pensamento habermasiano. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 20, n. 3, p. 543-556, 2022.

KUNZLER, C. M. Teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 16, n. 31, p. 123-136, 2004.

LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Edifurb, 2000.

LEIS, H. R. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Montevideo: Coscoroba, 2004.

LIMA, J.R.T.; Lima, C.R.M. A Inclusão da Sustentabilidade Ambiental nas Organizações: um olhar Habermasiano sobre a relação sistema e mundo da vida. *Organizações E Sustentabilidade*, 4(1), 142–174, 2017. <https://doi.org/10.5433/2318-9223.2016v4n1p142>

LIMA, C.R.M.de; LIMA, J.R.T. Discourse, complexity and sustainability ambiental in organizations. *Revista Produção E Desenvolvimento*, 1(2), 56–78, 2015. <https://doi.org/10.32358/rpd.2015.v1.77>



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.

Solidariedade & Sustentabilidade

LUHMANN, N. *Social systems*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

LUHMANN, N. *Introdução à teoria dos sistemas*. Guadalajara/Barcelona: Anthropos, 1996.

LUHMANN, N. *Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral*. Petrópolis: Vozes, 2016.

LUHMANN, N. *Organization und Entscheidung*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 2000.

MONTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 3. ed. Florianópolis: Edufsc, 2008.

MORGAN, G. *Imagens da organização*. Trad. G. G. Goldschmidt. São Paulo: Atlas, 1996.

SIEBENEICHLER, F. B. Informação e comunicação nas teorias de J. Habermas e N. Luhmann. *Logeion: Filosofia da Informação*, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4499>. Acesso em: 25 maio 2023.

WWF Brasil. COP30. Disponível em: https://www.wwf.org.br/cop_30/. Acesso em: 30 jul. 2025.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 1, p. 1-12, 2025.